

VII Encontro das Redes de Proteção

**Tema: Integração local de refugiados e migrantes na sociedade brasileira:
oportunidades e desafios**

Brasília – 02 e 03/junho/2011



Caros amigos e amigas da caminhada junto ao migrantes e refugiados, é com alegria que encaminhamos o Relatório Final do VII Encontro das Redes de Proteção. Nele estão indicados os principais momentos, atividades e documentos que foram gerados no decorrer do evento ou que lhe serviram de suporte (são os anexos).

A linguagem presente no Relatório, sempre que possível reflete a fala de conferencistas e painelistas. Entretanto, isso nem sempre é possível, de modo que também trás na terceira pessoa (ele ou ela) aquilo que foi captado pela equipe responsável por essa Memória.

Esperamos que este Relatório efetivamente demonstre o quanto de trabalho, partilha e construção coletiva ocorreu ao longo do VII Encontro. Mas principalmente que ele sirva de suporte à continuidade de nossos esforços de articulação e manutenção da Rede de Proteção.

Fica o nosso agradecimento a cada um e cada uma dos/das participantes e o firme desejo de atender ao apelo de **'cuidar dele/dela'**.

O VII Encontro foi realizado dias 02 e 03 de junho de 2011, em Brasília, enfatizou a integração de refugiados e migrantes à sociedade brasileira. O encontro, que contou com a participação de 35 entidades e um total de 65 participantes, foi promovido pelo Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e Pastoral da Mobilidade Humana, da CNBB.

Dia 02/junho

Abertura com a Conferência Histórico do refúgio no Brasil: um compromisso humanitário

Na seção de abertura além da Conferência do Dr. Paulo Barreto, também usaram a palavra:

- 1) Andrés Ramirez (Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) – expressando seu contentamento por estar neste encontro das Redes de Proteção, considerando-as uma boa prática que deveria ser replicada em outros países. O trabalho feito pelas Redes ajudou muito nos encaminhamentos do CONARE com desdobramentos junto ao Conselho Nacional de Imigração (CNIg), no marco da ajuda humanitária, a exemplo da redução do tempo de moradia no Brasil necessário para o refugiado solicitar a residência permanente. Esse encontro se dá no contexto de várias comemorações: 60 anos da Convenção de Genébra (Refúgio), 50 anos da Convenção sobre Apatridia (1961), 60 anos de ACNUR, 150 do nascimento de Nansen.
- 2) Ir. Rosita (Diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos) - retomou o processo pelo qual a Igreja Católica no Brasil se comprometeu com a causa do Refúgio. Fez memória de como a Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro e São Paulo iniciaram essa caminhada. Destacou o processo de aproximação entre a sociedade civil e o ACNUR no processo de consolidação de uma rede voltada para o atendimento das demandas do refúgio no Brasil. Destacou também a história da formação da própria Rede. Relatou algumas 'lições aprendidas' ao longo da caminhada com o refúgio e o desafio de seguir em frente.
- 3) Renato Zerbini (Coordenador geral do CONARE)
Concentrou sua reflexão na perspectiva do tripartitismo e sua importância para a consolidação de uma efetiva política em torno do refúgio. Essa articulação é sem dúvida a chave do êxito no Brasil neste campo. A afirmação da dignidade humana é inerente aos três atores sociais. De fato, todos somos partícipes na construção da dignidade humana.
- 4) Luiz Paulo Barreto (Presidente do CONARE e Secretário-Executivo do Ministério da Justiça): Iniciou sua exposição com a preocupação de assegurar que o Brasil continue dando passos no 'refinamento' de sua legislação e política para os refugiados. Usou como exemplo negativo o que vem ocorrendo na Europa, que apresenta dificuldades em acolher aos refugiados líbios, e que ao mesmo tempo participa de bombardeios naquele país. O Brasil encontra-se em termos de legislação e políticas para os refugiados, num patamar intermediário, ainda que o número deste seja reduzido – apenas 4.500 pessoas – mas vindos de 76 nacionalidades.

Dia 03/junho

Mística: Roteiro em anexo a esse relatório.

Na sexta-feira (03/06), ocorreu um momento de espiritualidade contemplando a acolhida e atenção aos haitianos que, após o terremoto de janeiro de 2010, tem vindo ao Brasil para reconstruir sua vida.



Após a leitura do poema O Canto dos Emigrantes (de Alberto da Cunha Melo), Irmã Ozânia deu seu relato acerca da acolhida de um grupo de haitianos chegado em março de 2011 no Brasil.

As principais necessidades do grupo consistiam em acolhida, alimentação, roupas, material de higiene, trabalho e tratamento de saúde. Ela destacou que alguns recém-chegados já estavam empregados em Belo Horizonte.

A Irmã comentou que as principais medidas adotadas em relação a esse grupo de haitianos foi o seu cadastramento, a realização de visitas periódicas, a mobilização de agentes de saúde, o acompanhamento aos locais de trabalho, a prestação de assessoria jurídica e de aulas de português e legislação trabalhista.

Em seguida, a Irmã Osani, da Pastoral do Migrante de Manaus, comentou sobre a falta de assistência do governo estadual aos haitianos chegados ao Brasil. Bem como as negociações junto ao sistema S (Sesi, Senai, Senac) com vistas a qualificação profissional.

Em seguida, a Irmã Ester, da Caritas de Rio Branco, e o Padre Crispim, da Paróquia N. Sra. das Dores, de Brasília, prestaram um depoimento sobre seu cotidiano com os haitianos e a necessidade de articulação com diversos parceiros para atenderem as necessidades básicas desses imigrantes. Destacaram a forte colaboração de paroquianos, bem como por parte da prefeitura local.

A Irmã Rosita, adiante, comentou sobre a necessidade de participação dos órgãos públicos para a integração dos haitianos no Brasil. Assegurou, ainda, que esses imigrantes, em geral, não são e não devem ser reconhecidos como refugiados, pois não se enquadram na definição prevista na Convenção de 1951. Contudo, o Brasil não deixou estas pessoas sem uma solução. Com base na Resolução n. 08, do CNIg, os processos são enviados ao Conselho e este tem decidido, com base na Resolução n. 27, os processos concedendo Residência Permanente por razões humanitárias. Destacou, porém, que o CNIg lhes tem concedido residência permanente por razões humanitárias. Expressou reconhecimento pela Decisão do CNIg de conceder a 188 haitianos a residência permanente no Brasil, a partir do argumento da ajuda humanitária.

Painel “Aspectos da integração de refugiados e migrantes no Brasil”



O painel sobre a Integração de Refugiados e Migrantes na sociedade brasileira contou com a contribuição de representantes dos Ministérios da Educação, Saúde, Trabalho e Emprego e Relações Exteriores, e da Polícia Federal, ACNUR, Secretaria Executiva do CONAREe do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), além da sociedade civil e Secretaria de Habitação de Guarulhos (SP). A mesa respondeu questões referentes aos desafios e oportunidades enfrentados pelos migrantes e refugiados e pelas instituições e grupos que com eles atuam: obtenção de documentos, acesso à educação, revalidação de diplomas, moradia e saúde, emprego, qualificação profissional, combate ao trabalho escravo e ao tráfico de migrantes.

Orlando Fantazini (Secretário de Habitação de Guarulhos)

Além de ser secretário de habitação de Guarulhos, coordena o Centro de Defesa dos Direitos Humanos -CDDH no estado de São Paulo que atua com o processo de reassentamento de refugiados, desde 2010. Tratou, pois, da questão de moradia e habitação para os refugiados. O programa Minha Casa minha Vida do Governo Federal é uma inovação e de fato uma política pública para a população com renda até 3 salários mínimos. Segundo ele, o programa Minha Casa, Minha Vida é acessível aos refugiados e aos demandantes de refúgio, assim como a quaisquer imigrantes.

A maioria das prefeituras tem cadastrado nesse programa a refugiados, ou não teriam obstáculos a fazê-lo. É preciso lembrar que o programa é uma subvenção do estado para as famílias que têm renda familiar de até 3 salários mínimos até 3 salários mínimos não é financiamento, é uma subvenção do estado. Olhando a realidade de Guarulhos, afirmou que foram feitas gestões junto a Caixa Econômica para que ela acolha solicitações vindas dos refugiados e reassentados na região.

Os movimentos sociais de moradia podem pleitear junto ao Ministério das Cidades recursos para a construção de unidades habitacionais, é um processo interessante porque a lista de beneficiários a ser considerada é o próprio cadastro da entidade parceira. Outra possibilidade de resolução do problema da moradia é aquela relacionada a vulnerabilidade, resultando numa locação social, mas para isso é preciso que haja convênio entre os municípios e a Caixa Econômica Federal - CEF.

Como solução mais ampla para o problema da moradia sugerimos que busquem o Programa Minha Casa Minha Vida. O que se deseja é que os movimentos de moradia estejam integrados nesse processo.

Fantazini está aguardando uma resposta formal da CEF a seu questionamento sobre o acesso a esse programa (Minha Casa Minha Vida) por parte dos refugiados. No momento não há perspectiva de inclusão dos refugiados como uma das cotas de vulnerabilidade, isso passaria por mudanças em legislação federal.

Marcos Quito (Ministério da Saúde)

Tratou da importância dada pela Constituição Federal ao direito à saúde, enquanto direito fundamental. Além do mais, a Carta Constitucional representou um avanço ao igualar, no artigo 5º, caput, os direitos fundamentais dos nacionais e estrangeiros residentes no país. Numa visão mais ampla ainda, consideram-se igualmente os estrangeiros em trânsito no território nacional, estando eles em situação regular ou não.

Os imigrantes, regularizados ou não, tem direito efetivo ao acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), entretanto a interpretação não é uniforme dentro do sistema (federal, estadual e municipal). Num caso relatado, ocorrido em Curitiba, o refugiado - reconhecido portanto em condição regular – teve o atendimento cerceado e isso foi objeto de intervenção do CONARE. Neste caso específico o que estava em questão eram limitações no âmbito municipal sobre o tema do refúgio, cabendo aos organismos da sociedade civil questionar a ruptura do direito a saúde e acompanhar a solução junto ao município ou em instância maior se for necessário.

Por fim, lembrou que existem Conselhos Municipais de Saúde (e também no âmbito estadual) e que os mesmos devem ser acessados pelos grupos que atuam junto aos imigrantes e refugiados, na busca por assegurar o atendimento médico e clínico de forma universalizada.

Uma situação que foi levantada em plenário: o caso dos brasiguaios e também dos paraguaios que buscam atendimento médico e esse lhes é negado. O problema fronteiriço não é apenas do Paraná ele é também federal.

Por último, salientou a importância de os atores da sociedade civil levarem essas discussões aos agentes públicos locais, responsáveis que são pela execução da política nacional de saúde pública. A exemplo de instâncias de discussão e fiscalização do cumprimento da política e cultura, seja no âmbito municipal ou federal. No que concerne à qualificação dos agentes públicos de saúde para lidarem com as situações peculiares dos refugiados, o palestrante sublinhou a necessidade da contínua capacitação.

Magda (representante do Ministério da Educação)

A legislação define que a educação é um direito universalizado, portanto, deve estar disponibilizado a todos (nos âmbitos municipal, estadual e federal). O problema da documentação comprobatória de estudo no país de origem é um fato, mas orientamos que sejam criados meios de se poder situar o aluno em seu nível. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) desconhece que estrangeiros tenham sido recusados em sua busca por acesso a educação.

Com relação ao aprendizado do idioma, os alunos que chegam por meio de convênio, em tese, tem acesso assegurado ao aprendizado a língua portuguesa. Mas sabemos que nem sempre isso funciona de forma adequada. Não existe em termos de MEC – Ministério da Educação um processo de elaboração de material ou método de ensino da língua portuguesa para estrangeiros. Já existe no mercado inúmeros modelos disponíveis e a própria realidade multicultural não recomenda que se busque uma uniformidade.

A revalidação de diplomas segue o mesmo procedimento adotado para os nacionais. A muita demora no reconhecimento de títulos se deve principalmente pela sobrecarga do colegiado que analisa os processos nas Instituições de Ensino Superior (IES), principalmente porque muitas vezes a documentação é parcial, o colegiado que analisa esses processos está sobrecarregada. Apesar de uma portaria do ME para que o prazo para revalidação seja de máximo 6 meses, não tem sido possível cumprir essa determinação.

Os Conselhos Profissionais – órgãos de classe - também são importantes nesse processo de reconhecimento – validação de diplomas.

Questões do plenário: 1) Crianças estrangeiras – paraguaias que morando no Brasil não tem seu acesso a escola assegurado. Com relação a esse problema (negativa de matrícula) é preciso ir às autoridades locais e caso não haja solução, comunicar o próprio MEC.

2) Os estudantes universitários ou de outros níveis de escolarização em Fortaleza que estão sem conseguir conservar sua documentação e por isso acabam indocumentados e sem condição de continuar sua formação.

Resposta:

Com relação a Guiné Bissau não chegou ao MEC nenhuma informação sobre essa questão. Os convênios em geral pressupõe que esses estudantes venham com condições de se manter economicamente. Sabe-se que alguns forjam documentos e acabam ficando em situação irregular.

Cláudia (Coordenação Executiva do CONARE)

Haitianos e sua documentação: é preciso separar em dois grupos: a) os que já estão cobertos por resolução do CNlg; b) Os que estão aguardando a entrevista e os encaminhamentos relativos a solicitação de refúgio apresentada ao CONARE. Neste caso, há uma grande demanda e poucos funcionários para efetivar o processo, o que resulta na demora excessiva. A renovação da solicitação de refúgio pode ser feita sempre que se esgotar o prazo de validade.

Cada caso que chega ao CONARE é visto e analisado individualmente, tendo em vista que em algum dos processo pode efetivamente haver condições – situações que tipifiquem refúgio.

Questões do plenário: As entrevistas de elegibilidade continuaram sendo feitas por telefone (situação que está ocorrendo em Manaus) e esta não é uma boa modalidade, pois é muito

precário avaliar a situação efetiva de um solicitante por meio de uma simples entrevista telefônica, somando-se a isto também a dificuldade do idioma, entre outros elementos

Resposta: Em Manaus uma pessoa do CONARE foi lá em missão no ano passado, em outras localidades com maior número de solicitantes as visitas são mais frequentes. De fato há o procedimento de entrevista por telefone, e isso poderia ser melhorado levando o solicitante a fazer esse procedimento na própria Cáritas.

Paulo Sérgio (CNIG)

O CNIG vem trabalhando ao longo dos anos na construção de uma nova política migratória, tendo em vista que nossa atual legislação é ultrapassada e precisa de uma abordagem focada nos direitos humanos dos imigrantes e em sua contribuição para o desenvolvimento do país. Enquanto 3 milhões de brasileiros emigraram, apenas 1 milhão de imigrantes entraram no país. O Brasil cada vez mais, tendo em vista sua situação política e econômica, receberá imigrantes, por isso é preciso dar passos na mudança de sua legislação.

O CNIG tem mantido uma parceria com o CONARE, destacando aqui a Resolução Recomendada n. 08 (do CNIG), que prevê o encaminhamento do pedido de refúgio ao CNIG, para que este analise a possibilidade de uma solução migratória para os casos em que não se aplica o refúgio, mas são questões que devem ter uma apreciação humanitária.

Com relação aos haitianos salientou o processo de acolhida por parte das comunidades e, em alguns casos com a colaboração de órgãos do estado. Esse processo precisa ser reconhecido e valorizado. O próprio CNIG já deferiu em torno de 200 processos para a permanência no país e, e já existem outros 240 processos em andamento.

A população brasileira ainda desconhece o que vem a ser um refugiado, pois na imaginação pode ficar a suspeita e dificultar a empregabilidade. Mesmo os órgãos públicos também em alguns de seus segmentos manifesta desconhecimento dessa temática. Por tudo isso seria fundamental que o Brasil tivesse uma política para o refúgio (vai além da mera aplicação da lei).

O CNIG tem atuado fortemente no combate ao trabalho escravo, inclusive com uma Lista Suja de empregadores, que passam a sofrer sérias limitações junto aos órgãos do Estado Brasileiro. Grande parte dessas situações se dão no campo, mas também existem situações urbanas, como por exemplo a que ocorreu com alguns bolivianos. Os trabalhadores resgatados tem direito a seguro desemprego (independente de serem estrangeiros ou nacionais).

Reconhece a necessidade de que se viabilize a validação e o reconhecimento da situação de profissionalização que o refugiado trás. É preciso criar os meios para que isso seja feito.

Os haitianos que só querem passar pelo Brasil rumo ao Suriname ou outro país, deveriam ser tratados de modo diferenciado e mais rápido, tendo em vista que não buscam a permanência. Poderia se reduzir o número de processos e o tempo gasto.

Resposta:

O número atual de haitianos que fazem esse percurso é bem reduzido (no início era bem maior). O que não justifica uma mudança significativa no processo atual.

Gabriel (Oficial de Proteção - ACNUR)

O ACNUR tem muito a aprender com o gesto e a atitude de hospitalidade dispensado pelos membros da Rede em relação aos refugiados.

O mandato do ACNUR nasceu a partir da situação de milhões de pessoas, que vítimas da 2ª Grande Guerra, estavam vulnerabilizadas e sem condições de voltar a viver em seus países de origem. A partir da Convenção de Genebra (1951) o cenário vem se modificando, mas a necessidade de refúgio permanece.

O ACNUR está presente em mais de 116 países, sua atuação não pode ser individual, quem tem originalmente a obrigação de proteger é o Estado, mas o ACNUR pode atuar com a sociedade civil nesse processo. Em diversos países o ACNUR trabalha campos emergenciais, apoio a estados que recebem refugiados, apoio a programas de reassentamento etc.

Grande parte dos recursos do ACNUR está destinada a sua atuação junto aos campos de refugiado e outras ações emergenciais. Neste sentido há pouco recurso destinado a países como o Brasil em que a realidade é menos conflitivo, e o número de refugiados é pequeno.

Boa parte da ação do ACNUR no Brasil é apoiar as organizações que atuam na Rede, com o Estado Brasileiro e tentar abrir novos caminhos para os refugiados no Brasil.

Resposta:

Considerando a questão dos estudantes estrangeiros – o Brasil tem feito convênios de cooperação no sentido sul-sul (tal como ocorre com a África). Esse processo é positivo, mas ajustes precisam ir sendo feitos.

A questão da entrevista por telefone pode ser encaminhado com alguma solução criativa que leve em conta a sociedade civil.

Regina (DPF)

Agilização da obtenção da documentação: o processo foi modificado de modo a que o estrangeiro possa agendar sua ida ao escritório da PF, e o processo de obtenção do documento ficou mais rápido.

Com relação ao termo refugiado na CIE – Carteira de Identidade de Estrangeiro - continua porque o fundamento legal de sua permanência no país precisa estar indicado no documento. Na formação permanente dos agentes da PF consta o conteúdo sobre imigração-migração, podendo os cursos ser presenciais ou virtuais.

Com relação ao tráfico de pessoas, qualquer escritório da DPF pode receber a denúncia. A lei em vigor impede a criminalização da vítima e isso tem sido observado.

Questões do plenário:

- As mulheres estrangeiras que acabam vítimas de tráfico de pessoas e que isso ocorre porque familiares seus estão ameaçados. É preciso levar isso em consideração.
- Questões do plenário: O atendimento negativo aos imigrantes e candidatos a refúgio em escritórios da PF, vistos como marginais.

Resposta: É preciso que essa informação seja feita de modo oficial para que se possam fazer os encaminhamentos com relação a verificar o que ocorreu e fazer os ajustes necessários.

Breno Herman (MRE)

Os fluxos migratórios e de refugiados são uma preocupação do estado brasileiro que se dá em torno da temática de segurança nacional. Isso coloca também um conjunto de questões inerentes ao campo dos direitos humanos.

O fluxo migratório dos países vizinhos é uma realidade, e no momento é significativo o ingresso de haitianos. Muitos dos que chegam ao país não se enquadram no estatuto de refugiado, são migrantes econômicos ou por outras razões. Esse entendimento vem sendo trabalhado pelo CONARE, em colaboração com o CNIg.

Para o ITAMARATY, a) O governo brasileiro tem contribuído para o processo de reconstrução do Haiti, é nossa meta no longo prazo; b) O fluxo atual dos haitianos para o Brasil não se encaixa na condição de refugiado, devem ser vistos a partir de uma solução humanitária, no curto prazo tem-se feito encaminhamentos junto a DPF para receber a estes.

Com relação aos convênios entre instituições universitárias brasileiras e estudantes vindos de outros países de língua portuguesa. Os alunos deveriam ingressar já com alguma proficiência na língua, a grande maioria passa sem problema nas provas. Defendeu a sistemática atual por considerá-la eficiente, sendo pequeno o número de estudantes que não se enquadram e efetivamente devem retornar a seus países.

Com relação a obtenção de documentação junto a consulados do Brasil. Inicialmente é preciso que se comprove ser filho ou filha de pais brasileiros. É uma exigência mínima, mas pode ser objeto de estudo.

Dinâmica: Intercâmbio entre as entidades da Rede

Região Norte:

- 8 entidades na região
- Parceiros: Secretarias Municipais, as pastorais sociais
- Potencial: acolhida – saber cuidar de quem está chegando. Ser o samaritano que acolhe, se coloca como voz daquele que precisa.
- Atividades: os contatos com a polícia federal, com as secretarias e as prefeituras, a reorganização das pastorais sociais. Trabalhos realizados: bingos, leilões, arrecadação

de colchões, cursos de capacitação. Isso envolve a haitianos, colombianos, bolivianos; atendimentos diversos na área da saúde (psicólogos, dentistas....).

Região Centro-Oeste

- Setor Mobilidade Humana CNBB, CSEM, IMDH, a Congregação das Missionárias Scalabrinianas, Pastoral do Migrante do DF, de Campo Grande e outras.
- Produção e disseminação do conhecimento sobre o refúgio e da migração, como Rede.
- Grande número de atividades com migrantes internos, refugiados, retornados. Projetos em diversos campos: valorização da cultura, formação para o trabalho.

Região Sudeste

- Caritas Rio de Janeiro, Cáritas São Paulo, UNISANTOS, Centro Pastoral do Migrante , entre outros.
- Potencialidades: parcerias, a integração com as pastorais sociais, a diversidade de oportunidades (profissional, cultural...), o apoio da Igreja, a experiência de trabalho, a visibilidade que se dá ao trabalho com os refugiados.

Região Nordeste e Sul

- Hospital Mãe de Deus, Pastoral do Migrante Porto Alegre, Pastoral do Migrante Fortaleza.
- Atividades e potencialidades que marcam: geração de renda, formação de rede local de apoiadores (aulas de português, etc), acolhida

Reações a dinâmica/Debate/impressões:

- 1) Os espaços vazios, alguns de fato não indicam ausência de trabalho pois lá estão entidades que fazem parte da rede, mas não estavam representadas no Encontro.
- 2) A unidade de caminhada entre os parceiros, a rede fica claramente visível.
- 3) Tendo vindo de outra realidade de trabalho com o refúgio é muito bom ver a quantidade de pessoas; organizações envolvidas com o trabalho com os refugiados.
- 4) O Brasil é muito grande, vai caber muita gente. O Brasil é um país tranquilo e pode apoiar as pessoas vindas de outros lugares. Um grande coração.
- 5) Quantas pessoas estão representadas neste mapa, suas diversidades culturais, sociais, profissionais. Mas estão vinculados para fazer que a vida aconteça da forma mais digna possível.
- 6) Bem dizer a Deus por tudo isso. Todo o sofrimento que queremos atenuar é possível porque estamos unidos a fonte (Deus).
- 7) A força que nos faz continuar está em poder contar com outras entidades, com a opinião pública...Nosso trabalho chega a nível mundial.
- 8) Trabalho de formiguinha, devagarzinho o espaço vazio vai sendo preenchido, se continuarmos com esse trabalho bonito. Na próxima vez vai estar dobrado o número de pessoas indicadas aqui.
- 9) Agradecer a Deus pelo número de pessoas que estão envolvidas com o trabalho com os migrantes e os refugiados. Estamos participando desse processo e cumprindo o mandato de nossa Congregação de Ir. Scalabrinianas.

10) A mística da manha lembrou o agir do samaritano e nos convida a olhando esse mapa seguir fazendo o trabalho com os refugiados.

Orientações para a elaboração de uma notícia para a imprensa

O termo, **notícia**, tem origem na palavra inglesa News e significa novidade. A notícia divide-se em três partes: **título, cabeça (lead) e corpo**.

1 - Título

É o anúncio da notícia. Conta, de forma resumida, a idéia principal da história.

2 - Cabeça ou lead

É o primeiro parágrafo da matéria e traz o resumo do fato. Não é uma introdução, mas a apresentação dos dados principais que compõem o acontecimento relatado e que serão desenvolvidos no decorrer da narrativa.

A técnica do **lead** possui mais de cem anos. É invenção norte-americana para substituir o estilo britânico, ou *nariz de cera*, que consistia em contar o fato ao leitor, observando fielmente a ordem cronológica dos acontecimentos, como na história de ficção.

3 - Corpo

É o desenvolvimento dos dados apresentados no lead, esmiuçados em detalhe.

Fórmula da notícia

Já vimos que a notícia se divide em três partes: **título, cabeça e corpo**. E o repórter (ou o que elabora a notícia) precisa obter muitas respostas às suas perguntas, para apresentar a sua notícia ao leitor ou ouvinte de forma adequada.

Os jornalistas definiram uma fórmula para padronizar as informações básicas necessárias à redação de uma matéria. Essa fórmula expressa as seis perguntas essenciais que devem ser respondidas em um texto informativo jornalístico, mesmo que este seja curto, sintético.

$3Q + O + C = P$	3Q = Quem?
	Quê?
	Quando?
	O = Onde?
	C = Como?
	P = Por quê?

Exemplo de aplicabilidade da Fórmula para a construção dos elementos que compõem a "cabeça" (lead) da notícia:

Perguntas	Elementos de resposta	Respostas (dados)
QUEM?	Personagens	Carlos José da Silva
QUÊ?	Fato	Comrou um computador
QUANDO?	Data	Ontem ou em tal data
ONDE?	Local	Na Rua Belizário, 2

COMO?	Modo	Aproveitou um preço razoável, de promoção.
POR QUÊ?	Motivo	Para a filha que frequenta curso de jornalismo

De posse dos dados acima, o repórter (ou relator da matéria) pode escrever a cabeça da notícia. Exemplo:

“Atento à importância da educação, Carlos José da Silva, comprou um computador, ontem, na Rua Belizário, n. 2, por um preço razoável, para a sua filha que frequenta o segundo ano de jornalismo”.

Atenção:

A cabeça ou o *lead* deve conter respostas às seis perguntas? Nem sempre. Às vezes, podem faltar informações de uma ou duas delas, conforme o que for apurado sobre o fato. A falta de alguma informação não deve inviabilizar a notícia.

Resumindo:

O corpo é uma elaboração da cabeça (lead). Isto é, a mesma notícia acrescida de detalhes novos, explicados, concatenados e que tornam a leitura atrativa, interessante.

Avaliação Final do Encontro

Entrega do formulário de avaliação e espaço para manifestações do grupo.

Anexo I

VII ENCONTRO DAS REDES DE PROTEÇÃO

Brasília – DF, 02 e 03 de junho de 2011

Mística - Ajuda humanitária - solidariedade e acolhimento

1) Poema de Abertura: O Canto dos Emigrantes (Alberto da Cunha Melo)

Com seus pássaros
 Ou a lembrança dos seus pássaros
 Com seus filhos
 Ou a lembrança dos seus filhos
 Com seu povo
 Ou a lembrança de seu povo
 Todos emigram

De uma quadra a outra do tempo
 De uma praia a outra do atlântico
 De uma serra a outra das cordilheiras
 Todos emigram



Para o corpo de berenice
Ou o coração wall street
Para o ultimo templo
Ou a primeira dose de tóxico
Para dentro de si
Ou para todos
Pra sempre todos emigram

2) Nos caminhos da migração e do refúgio

Já começa a cair no esquecimento as imagens que mostravam o Haiti destruído e com milhares de pessoas mortas, desaparecidas ou mutiladas. Entre as inúmeras conseqüências do terremoto estão a violência, a inoperância dos serviços públicos, a necessidade de migrar para não morrer ou ver o pouco que sobrou desmoronar. Migrar em condições tão precárias exige de homens e mulheres uma imensa coragem e vontade de viver, bem como coloca o desafio do acolhimento e da ajuda humanitária para os países a que estes haitianos se dirigem, seja como transito ou como lugar de destino.

É vindo deste cenário que centenas de haitianos chegaram ao Brasil , e mesmo nos dias de hoje continuam chegando. Sua simples presença já é um apelo, um grito a exigir de nós: organismos internacionais, sociedade civil e estado brasileiro, uma atitude de cuidado e acolhimento.

Sem dúvida a ajuda humanitária nasce da urgência de proteção de seres humanos e/ou comunidades inteiras que diante de uma situação extrema não dispõem de meios sociais, econômicos ou mesmo políticos para assegurar sua sobrevivência. A migração é para muitos haitianos a única esperança!

3) Texto bíblico (Lc 10,30-35)

“Jesus respondeu: ‘Um homem ia descendo de Jerusalém para Jericó, e caiu nas mãos de assaltantes, que lhe arrancaram tudo, e o espancaram. Depois foram embora, e o deixaram quase morto. Por acaso um sacerdote estava descendo por aquele caminho; quando viu o homem, passou adiante, pelo outro lado. O mesmo aconteceu com um levita: chegou ao lugar, viu, e passou adiante, pelo outro lado. Mas um samaritano, que estava viajando, chegou perto dele, viu, e teve compaixão. Aproximou-se dele e fez curativos, derramando óleo e vinho nas feridas. Depois colocou o homem em seu próprio animal, e o levou a uma pensão, onde cuidou dele. No dia seguinte, pegou duas moedas de prata, e as entregou ao dono da pensão, recomendando: ‘Tome conta dele. Quando eu voltar, vou pagar o que ele tiver gasto a mais’.

4) Olhando a realidade:

Ir. Osania (Porto Velho - RO):

- Indique quando e como os haitianos começaram a chegar a sua região. Eles vinham sozinhos ou em grupos? havia famílias entre eles?
- Nos primeiros contatos/diálogos quais eram as maiores necessidades que eles traziam e que possibilidades de responder a elas você/sua instituição tinha?

Ir. Osani (Manaus - AM)

- Que rede de solidariedade foi tecida para acolher, abrigar, alimentar...cuidar destes haitianos foi organizada? (comunidades, prefeitura, polícia federal, IMDH, etc)
- Neste cenário que dificuldades continuam a existir e em sua opinião como seria possível superá-las?

Ir. Ester e Pe. Crispim (Acre):

- Os haitianos, quando começaram a chegar ao Estado do Acre, havia algum plano ou organização para dar-lhe acolhida no primeiro momento?

b) Como a senhora analisa a ajuda humanitária dada a estes migrantes/refugiados? O que mais contribuiu para que fosse possível atendê-los, isto é, quem foi preciso envolver para viabilizar o atendimento?

Ir. Rosita: Um balanço sobre a situação jurídica dos haitianos no Brasil

5) Texto do Alcorão (Sura 90 – A cidade)

“E que sabes tu da subida? É libertar um escravo, é alimentar, num dia de fome, um órgão aparentado ou um pobre necessitado.”

6) Pai Nosso

Abraço da paz: Que neste gesto de abraço possamos todos e todas também abraçar a cada homem e mulher que neste momento vive no Brasil como migrante ou refugiado. Que a ternura e a solidariedade estejam sempre presentes em tudo e em todos.

7) Bênção final:

“Que Deus te abençoe com o Dom de lágrimas para derramá-las com aqueles que sofrem de dor, rejeição, fome ou a perda de tudo aquilo que eles amam, para que possas estender a mão para lhes dar conforto e transformar a sua dor em alegria.” Amém! (fragmento de uma bênção franciscana)

Anexo II

Avaliação do VII Encontro das Redes de Proteção

William e equipe do IMDH

Formulários recebidos: 36

Questões fechadas

1 – Informações prévias	Ótimo (29)	Bom (6)	
2 – Acolhida	Ótimo (33)	Bom (3)	
3 – Alojamento	Ótimo (25)	Bom (10)	
4 – Alimentação	Ótimo (34)	Bom (2)	
5 – Material distribuído	Ótimo (34)	Bom (2)	
6 – Conferência de Abertura	Ótimo (29)	Bom (5)	Reg (1)
7 – Mística	Ótimo (31)	Bom (5)	
8 – Painel com o CONARE	Ótimo (30)	Bom (6)	
9 – Intercâmbio de experiências	Ótimo (22)	Bom (14)	
10 – Utilidade e validade do encontro	Ótimo (33)	Bom (3)	

Refletindo o conjunto de questões fechadas:

Ressalta por parte dos participantes do Encontro uma percepção muito positiva, seja no que se refere a questões estruturais (alojamento, alimentação), ao processo do próprio evento (informação prévia, acolhida, conteúdos desenvolvidos, dinâmicas e mística). Reforçando a importância do processo formativo e de diálogo tripartite que marca a história das Redes de Proteção, aparece a opinião sobre a utilidade e a validade do encontro, visto como válido e útil.

Questões abertas

Observações relativas ao encontro

A. Relativas à coordenação. Organização e ao ritmo do encontro

- Coordenação integrada e bem formada; Sigam em frente; Não participei dos encontros anteriores, mas fiquei bastante segura com a organização, estrutura de conteúdo das apresentações. Acerto principalmente na troca de experiências entre os agentes. Extremamente rica; O encontro foi excelente e a organização está de parabéns; Para o entrosamento do grupo contribuiu as dinâmicas usadas durante o encontro; O encontro foi muito bem preparado e conduzido durante o andamento;

B. Rede

- Foi bom conhecer muitas outras pessoas que se dedicam a um tipo de trabalho junto com migrantes. Devemos fortalecer cada vez mais o trabalho em Rede; Parabéns pela formação da Rede Solidária para Imigrantes e Refugiados, por ser um grande serviço às pessoas e a Igreja; Foi tudo ok, principalmente o encontrar de pessoas que estão na mesma luta; Parabéns a vocês. Estes encontros nos ajudam a agir com mais segurança nas bases; De fato o encontro das redes qualifica o trabalho social;

C. Olhando o encontro

- Obrigado o encontro conseguiu responder à questões concretas de forma profética.; O encontro foi muito bom, porque a participação dos membros da mesa realmente responderam às questões enviadas com clareza, além dos grupos e da partilha; Mesmo tendo sido curto foi muito bom. A mesa com o pessoal do CONARE foi ótimo; (3) Pouco tempo; pode ser de um fim de semana completo; O tempo da atividade de intercâmbio foi relativamente curto, poderia ter sido focado em um único ponto apenas, mas acabou proporcionando um momento rico na apresentação

D. Idéias e/ou sugestões

- ✚ Fazer contato com os locais que ainda não integram a rede e sugerir que venham participar (trabalhei na Bahia e por lá o refúgio também é histórico); Envolver as regiões nas atividades do encontro (mística, dinâmicas etc); Seria interessante contarmos com a participação de refugiados num futuro encontro; Seria melhor ter mais espaço para troca de experiência; principalmente para aqueles que trabalham com o imigrante regular e irregular

Refletindo

Os comentários/observações demonstram um alto nível de satisfação com a realização do VII Encontro, inclusive com vários comentários parabenizando a equipe que o articulou e coordenou. Reflete ainda a perspectiva de que esse espaço precisa ser fortalecido e se possível ampliar sua presença no território brasileiro. A metodologia participativa, onde efetivamente pode ocorrer interação entre os participantes do encontro, autoridades e outros colaboradores com a causa, recebeu elogios e sugestões. São propostas efetivamente: a) a presença de refugiados no encontro; b) no painel ficou claro a possibilidade de respostas e interação entre sociedade civil e as autoridades do estado brasileiro, deve ser ampliada e se possível que eles participem de todo o evento.

Sugestões para o VIII Encontro das Redes de Proteção

- 1) Sugestão quanto à abrangência do próximo encontro da Rede:
(32) Nacional (2) Regional - Em qualquer região (1); No DF (1)
- 2) Possíveis temas a serem tratados
 - I. (5) Redes, Fronteiras e legislação; Os povos indígenas e sua mobilidade- fronteiras

- II. (9) Continuação do fortalecimento da Rede; facilitar as parcerias e as redes; ampliação da rede – como articular em cada região; partilha dos trabalhos realizados; painel do mesmo modo apresentado no VII Encontro; realizar o próximo a partir do que foi feito no VII; Organizar a Pastoral do Migrante e Refugiados; A pastoral da Mobilidade Humana; Auto-sustentação (econômica); Participação de migrantes e refugiados
- III. (3) Cuidado para com o refugiado: Sofrimento/dor causado pela migração; Atenção aos que ajudam: como não cair no stress; Aumentar a visibilidade dos direitos dos migrantes
- IV. (9) Políticas públicas para migração; avanços das políticas; os desafios para garantir direitos dos refugiados e migrantes no Brasil; normas de proteção de direitos dos migrantes; regularização migratória; legislação – contando com a presença de legisladores; O Refúgio no Brasil; os refugiados e as migrações mistas; Mecanismos de proteção humanitária – complementar;
- V. (7) situações migratórias e de refúgio: Tráfico de pessoas; Migrante no sistema prisional; Refugiados e mercado de Trabalho; Oficinas sobre migração
- VI. (2) Refugiados e o cultivo de sua cultura; interculturalidade
- VII. (5) Mobilidade x meio ambiente; migrações forçadas por mudanças climáticas, desastres naturais e/ou tecnológicos

3) Outras sugestões (em seu conjunto já estão mencionadas no item acima)

- (1) Mais dias de trabalho
- (1) Continuar com os painéis
- (1) Formular uma oficina mais detalhada sobre o fluxo migratório por regiões
- (1) Conflitos no Peru, Equador, Colômbia
- (1) Campos de refugiados na Venezuela;
- (1) Reassentamento de refugiados
- (1) Além dos Encontros Nacionais, fazer por região
- (1) As autoridades afins permanecerem mais tempo e que possam escutar nossa realidade e nos orientar
- (1) Tratar de normas aplicáveis aos migrantes em situação irregular
- (1) Tratar de tendências do fluxo de pessoas, novos conflitos e sobre o tema tráfico de seres humanos
- (1) Participação de alguém que Trabalhou no Haiti (Forças de Paz)
- (1) Que o próximo encontro seja feito no CCB.

Anexo III

Programação do Evento

O evento é promovido no marco das comemorações:

- 60 anos da Convenção de Genebra de 1951 - sobre o Estatuto do Refugiado;
- 60 anos de criação do ACNUR;
- 50 anos da Convenção para a Redução dos casos de Apatridia;
- 150 anos do nascimento de Fridtoj Nansen, o primeiro Alto Comissário da Liga das Nações.

Tema:

**“Integração local de refugiados e migrantes na sociedade brasileira:
oportunidades e desafios”.**

Objetivo Geral: Contribuir com a capacitação dos agentes das Redes de Proteção e facilitar a troca de experiências e de superação de limitações e dificuldades, para avançar na ação de acolhida, proteção e integração de migrantes e refugiados e em sua inclusão em políticas públicas.

Local:

Dia 02/06/2011: Auditório do Ministério da Justiça (Edifício Sede)

Dia 03/06/2011: Centro Cultural de Brasília, Av. L 2 Norte, Quadra 601 – Módulo B – Brasília/DF

Agenda Provisória

02 de junho (quinta-feira)

17h00	<p style="text-align: center;">Conferência (Aberta ao Público)</p> <p style="text-align: center;">HISTÓRICO DO REFÚGIO NO BRASIL: UM COMPROMISSO HUMANITÁRIO</p> <ul style="list-style-type: none">• Dr. Luis Paulo Teles Ferreira Barreto, Presidente do CONARE• Local: Salão Nobre do Ministério da Justiça
-------	--

03 de junho (sexta-feira), no Centro Cultural da Brasília

07h30	Café da manhã
08h00	A questão Humanitária e a acolhida aos haitianos no Brasil (Reflexão e Mística)
09h30	<p>Painel com os membros do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), Conselho Nacional de Imigração (CNIg), Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) sobre o tema:</p> <p style="text-align: center;">“Aspectos da Integração de Refugiados e Migrantes no Brasil”.</p> <p>(Foi realizado um levantamento de questões pendentes, lacunas, perguntas, junto às entidades que integram as Redes de Proteção e foram compiladas as questões pertinentes a cada área de atenção específica dos Conselheiros, a fim de que cada qual possa comentá-las, respondê-las ou debatê-las, interagindo com os participantes do Encontro).</p>
12h00	Almoço
13h30	➤ Atividade de intercâmbio de experiências entre os membros da Rede (estarão presentes em torno de 30 a 35 entidades)
15h15	➤ Leitura Final da proposta de Mensagem do Encontro
15h30	Lanche
16h00	<p>Estratégias de Fortalecimento da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados:</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Difusão, intercâmbio e circulação de notícias e boas práticas➤ Sugestões gerais para a realização do VIII Encontro das Redes de Proteção
17h00	Encerramento

